

O COTIDIANO E AS NARRATIVAS: UMA ANÁLISE TRANSVERSAL DAS PRÁTICAS MOBILIZADAS NO/PELO INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS COMO FORMA DE REESCRITA DAS MEMÓRIAS AFRODIASPÓRICAS*

Jéser Abílio de Souza  

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Maria Lidia Mattos Valdivia  

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Valéria Oliveira Lopes  

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

O comércio global de pessoas africanas foi um movimento transnacional da era moderna.¹ Impérios colonizadores europeus realizaram um investimento de capital em pessoas escravizadas como mercadorias, sequestradas do continente africano, para a superexploração do trabalho em colônias localizadas nas Américas, a fim de obterem lucros globais. Durante o regime escravagista, entre os séculos XVI e XIX, aproximadamente 4,8 milhões de pessoas

* Agradecemos ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) por abrir suas portas para a execução da pesquisa de campo e condução de entrevistas. Agradecemos também aos avaliadores anônimos da revista *Afro-Ásia* por suas sugestões e contribuições. Não menos importante, mencionamos o auxílio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no formato de bolsa de mestrado.

1 Debra Thompson, “Through, against, and beyond the racial state: the transnational stratum of race” in Alexander Anievas, Nivi Manchanda e Robie Shilliam (ed.), *Race and racism in International Relations: confronting the global colour line* (Nova York: Routledge, 2017), pp. 44-61.

africanas escravizadas desembarcaram no Brasil; deste número, 2,2 milhões desembarcaram no Rio de Janeiro, entre 1600 e 1850.²

As pessoas africanas recém-chegadas no Brasil eram conhecidas como *pretos novos* ou *boçais* por ainda não serem inseridas no contexto social – como receber batismo cristão ocidental e aprender a língua dos colonizadores. Elas desembarcavam no porto e eram expostas e vendidas no mercado de escravos do Valongo, a fim de trabalharem nas plantações de café e de açúcar ou nas minas de ouro;³ caso viessem a falecer no mercado em virtude de maus tratos, má alimentação, castigos físicos e doenças adquiridas no cativeiro, seus corpos eram brutalmente jogados em covas rasas, sem qualquer sepultamento.⁴

Em 8 de janeiro de 1996, ossos ressurgiram da terra na zona portuária carioca durante uma reforma na residência da família Guimarães dos Anjos. Análises de estrôncio no esmalte dos dentes dos restos mortais revelaram que os corpos eram provenientes de distintos locais do continente africano.⁵ Havia sido encontrado, acidentalmente, o Cemitério dos Pretos Novos, local destinado ao enterramento de pessoas africanas escravizadas, entre 1769 e 1830, e que estava soterrado devido ao processo de urbanização.

De acordo com pesquisa de fontes primárias e históricas realizada por Júlio César Madeiros S. Pereira, o Cemitério dos Pretos Novos foi criado em 1769, em razão da mudança do mercado de escravos da Praça XV para o Valongo, na atual zona portuária carioca, na rua hoje conhecida como Pedro Ernesto, no bairro Gamboa; conforme consta no Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita, cerca de 6 mil indivíduos foram ali

2 “Estimativas”, *Slave Voyages*, [?].

3 Júlio César Madeiros da Silva Pereira, “As duas evidências: as implicações acerca da redescoberta do cemitério dos Pretos Novos”, *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 8 (2014), pp. 331-343. [?]; Mariana Reyes-Carranza, “Black Place-Making and Epistemic Decolonisation in Brazil: Rio de Janeiro’s Pequena África”, *Third World Thematics: A TWQ Journal*, v. 6, nn. 4-6 (2022), pp. 250-266 [?].

4 Pereira, “As duas evidências”, p. 335.

5 Sheila Mendonça de Souza, Della Collins Cook, Murilo Quintans Bastos e Ricardo Ventura Santos, “Cemitério dos Pretos Novos: técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão”, *Ciência Hoje*, n. 291, abr. 2012, pp. 22-27.


deixados, de 1824 até o último registro em 13 de março de 1830.⁶ Pereira explica que os mortos eram insepultos, porquanto “não eram enterrados, ou seja, eram deixados à flor da terra, sem nenhum tipo de cuidado”, em um espaço muito pequeno e delimitado para um grande número deles.⁷

Em outra pesquisa, realizada por Reinaldo Bernardes Tavares, a partir da execução de poços de sondagem no Cemitério dos Pretos Novos, foi possível determinar que o processo de descarte dos corpos era realizado em valas comuns, de forma extremamente violenta, uma vez que os ossos eram quebrados, amontoados e queimados a fim de reduzir ao máximo possível o volume no pequeno espaço para que novos corpos pudessem adentrar.⁸ Além da identificação de mais de 5 mil fragmentos de ossos e 28 corpos, a pesquisa também encontrou vários fragmentos de artefatos (como cerâmica), de metal ferroso e de vidro e restos alimentares (espinhas de peixes e ossos de grandes mamíferos), o que indica que o cemitério também havia sido “utilizado como depósito de lixo urbano ainda durante o seu uso”.⁹

Dessa forma, o Cemitério dos Pretos Novos se constitui como um arquivo, uma importante evidência material dos horrores do tráfico e da escravidão e do conseqüente processo de desumanização de pessoas africanas escravizadas, particularmente no Brasil.¹⁰ Em resposta à política deliberada de esquecimento da violência colonial, a família proprietária do imóvel, com apoio da Fundação Palmares, criou o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, ou simplesmente IPN, em 2005.¹¹ A finalidade do Instituto consiste em pesquisar e preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro.¹² De acordo com informações

6 Pereira, “As duas evidências”, pp. 336-337.

7 Pereira, “As duas evidências”, p. 337.

8 Reinaldo Bernardes Tavares, “Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: uma tentativa de delimitação espacial”, Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012 .

9 Tavares, “Cemitério dos Pretos Novos”, p. 136.

10 Pereira, “As duas evidências”, p. 332.


11 Reyes-Carranza, “Black Place-Making”, p. 9.

12 *Instituto Pretos Novos* .

fornecidas pela equipe do IPN em uma visita que realizamos no Museu Memorial Pretos Novos, estima-se que haja entre 30 a 50 mil corpos enterrados no sítio arqueológico. Além do espaço do Museu Memorial, o Instituto desenvolve um conjunto de outras atividades.

Diante disso, considerando os ossos que ressurgiram da terra como arquivo e evidência, este trabalho parte da seguinte pergunta de investigação: que práticas cotidianas realizadas pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) produzem e articulam um conjunto de conhecimentos, narrativas e arquivos contra-hegemônicos referentes aos campos de politização do internacional? Com a intenção de ir além do que está “posto” como uma brutal história, nosso objetivo consiste em mapear a rede de práticas cotidianas – que incluem arquivos, histórias, narrativas, memórias e territórios – constituídas e realizadas no/pelo IPN. Buscamos, ainda, compreender questões epistemológicas e ontológicas que envolvem o IPN e que desafiam as narrativas sociopolíticas dominantes e, sobretudo, perturbam as disposições de poder, conforme nos atentamos para localizar o internacional em suas práticas.

Compreender os tipos de práticas cotidianas mobilizadas pelo Instituto justifica-se porquanto, ainda que sejam processos históricos constitutivos do país, o tráfico e a escravidão têm sido discutidos densamente, persiste um encobrimento das vozes, das experiências e dos arquivos constituídos e articulados pela perspectiva dos próprios sujeitos e grupos negros. O que revela uma tentativa de encobrir as desigualdades e manter a ideia de uma nação homogênea, cuja pluralidade racial é harmoniosa e constitui uma real democracia racial.¹³ Contudo, como teorizado por Lélia Gonzalez, o racismo brasileiro pode ser classificado como um “racismo fechado” ou “racismo por denegação”, no qual ele não é difundido abertamente, mas a sua existência é negada, conforme abriu espaço para o assimilacionismo e a democracia racial que se transformaram

13 Kabengele Munanga, “Por que ensinar a História da África e do negro no Brasil de hoje?”, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 62 (2015), pp. 20-31 .

em narrativas hegemônicas.¹⁴ Por sua vez, o mito da democracia racial, para Neusa Santos Souza, é uma fala ou discurso que visa “escamotear o real, produzir o ilusório e negar a história”, sendo ele uma das formas de esconder as partes “feias” que possam infligir culpa pelos acontecimentos no passado e seus desdobramentos no presente.¹⁵

A descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, no entanto, desestabiliza as narrativas que buscam negar ou minimizar a extrema violência contra a população negra escravizada no período colonial. Até porque, existe um caráter material inegável nas evidências encontradas, o que gera condições de possibilidade para o desenvolvimento de narrativas contra-hegemônicas que rompem com a ideia de narrativa única e homogênea. Ademais, essas materialidades estão ligadas a eventos internacionais – o tráfico e a escravidão – e merecem ser estudadas pelas Relações Internacionais no sentido de contribuir para a atribuição de significado, haja vista que a disciplina endossa a exclusividade e se coloca indisponível para “lugares estranhos, eventos esquecidos e discursos desconhecidos”.¹⁶


Desta forma, é imperativo reconhecermos o papel do IPN não só para o rompimento de histórias únicas, mas também para pensarmos a partir de novas perspectivas epistêmicas e ontológicas.¹⁷ A contribuição, portanto, para os estudos de Relações Internacionais repousa no esforço de oferecer uma “pluralização dos ‘arquivos’ da escravidão e a incorporação de mais histórias de corpos escravizados”, a fim de serem compreendidos como uma contra-história ante a sua oposição às narrativas dominantes.¹⁸

14 Lélia Gonzalez, “A categoria político-cultural de amefricanidade”, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92-93 (1988), p. 72.

15 Neusa Santos Souza, *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 54.

16 Siba N’Zatioula Grovogui, *Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Orders and Institutions*, Nova York: Palgrave MacMillan, 2006, p. 21.

17 Chimamanda Ngozi Adichie, *O perigo da história única*, São Paulo: Cia das Letras, 2019, p. 9.

18 David Kazanjian, “Freedom’s Surprise: Two Paths through Slavery’s Archives”, *History of the Present*, v. 6, n. 2 (2016), p. 138 .

O trabalho segue dividido da seguinte forma: a primeira seção é destinada à apresentação da estratégia teórico-metodológica adotada – consideramos a teoria como um verbo e partimos de uma postura analítica que conecta o local com o internacional por meio da ideia de transversalidade. A segunda é voltada para a descrição do IPN e do conjunto de atividades oferecidas por ele. Na terceira, conduzimos a análise das práticas cotidianas do Instituto a partir de três subdivisões temáticas, sendo elas: a) práticas de sensibilização; b) práticas de revisão de arquivos e; c) práticas de contrageografias. Nosso argumento é que o IPN empreende uma reparação e uma reescrita da memória afrodiaspórica de forma sucessiva, conforme suas práticas se dão dentro de movimentos transversais da existência negra como uma forma de pluralizar abordagens históricas e de promover a descolonização do conhecimento, que compõem um terreno político de práticas insurgentes e de resistência com localizações no internacional. Por fim, seguimos para a conclusão para retomar os argumentos principais desenvolvidos para evidenciar o IPN como produtor de saberes sobre o internacional em redes plurais de disputa política, social e institucional.

Trilhando caminhos teóricos e metodológicos

Marysia Zalewski examina a teoria e suas relações com o mundo real em três maneiras diferentes: a teoria como ferramenta, como crítica e como prática cotidiana. Cada uma delas possui implicações sobre o modo como é utilizada nas Relações Internacionais. Para nossos fins, a terceira maneira é o que nos interessa.¹⁹

19 Marysia Zalewski, “‘All these Theories yet the Bodies Keep Piling Up’: Theories, Theorists, Theorising” in: Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalewski (ed.), *International Theory: Positivism & Beyond* (Londres: Cambridge University Press, 1996), pp. 340-353.

Zalewski explica que a teoria como prática cotidiana parte do pressuposto de pensá-la como um verbo, de modo que “o que se faz é ‘teorizar’ em vez de ‘usar a teoria’”.²⁰ A primeira implicação disso é entender que teorizar é um modo de vida que todas as pessoas fazem cotidianamente, ainda que pelo subconsciente; logo, deve-se considerar as atividades e os comportamentos humanos, ao passo que pessoas à margem e fontes não convencionais são trazidas e reconhecidas para a construção da política internacional, segundo a autora. A respeito disso, em uma entrevista que conduzimos com uma pessoa da equipe do IPN, ela trouxe que é “[n]o dia a dia que nos faz acessar, redescobrir, ressignificar e falar da memória através da arqueologia, da música e da literatura”.²¹ Sua fala transmite nosso intuito de, ao contrário de encaixar a teoria como ontologicamente anterior ao “mundo real”, partirmos para explicar o que acontece no IPN mediante a identificação de formas de teorização e do internacional que emergem no escopo de suas próprias atividades cotidianas.

A segunda implicação envolve o reconhecimento de que atores e teóricos estão em mais lugares do que se imagina, sendo necessário “localizar as pessoas da política internacional em seus locais de ação”.²² Isso dialoga com a compreensão de Siba N’Zatioula Grovogui em considerar o internacional como excedendo com sua atual localização disciplinar nos espaços entre estados.²³ De acordo com o autor, para recorrer a perspectivas anticoloniais é necessário desafiar o “fundamentalismo da teoria internacional”, que tenta fixar pressupostos gerais na figura do Estado, de seus interesses e de sua soberania.²⁴

Sendo assim, defendemos que o IPN e suas práticas são locais de produção do internacional. De um lado, estamos falando de corpos, experiências e histórias constituídas por um movimento diaspórico e

20 Zalewski, “All these Theories”, p. 346.

21 Marcela, *Entrevista concedida a Jéser Abílio de Souza, Maria Lidia Mattos Valdivia e Valéria Oliveria Lopes*. Rio de Janeiro, 25 out. 2022.

22 Silvester *apud* Zalewski, “All these Theories”, p. 348.

23 Grovogui, *Beyond Eurocentrism and Anarchy*.

24 Grovogui, *Beyond Eurocentrism and Anarchy*, p. 16.

transnacional. O cemitério evidencia a materialidade que foi o tráfico e a escravidão de pessoas provenientes do outro lado do Atlântico, dentro de uma estrutura econômica, o comércio internacional de pessoas escravizadas, para explorar os recursos das colônias nas Américas para o enriquecimento dos impérios colonizadores europeus. Por outro lado, as pessoas africanas no Brasil construíram novas formas de expressão e de resistência, ao passo que imbricaram elementos da cultura africana em solo brasileiro, os quais são continuamente mobilizados e teorizados pelo IPN mediante práticas de revisão de arquivos, de sensibilização e de contra-geografias. Logo, o IPN é um ator e teórico internacional.

Terceiro, segundo Zalewski, existe um embate ontológico acerca da inclusão de questões substantivas e sérias na política internacional, de forma que muitas vezes elas refletem interesses de grupos poderosos e isso pode ter implicações severas, como a perda da dignidade manifestada pela morte.²⁵ Ora, estamos falando do maior crime contra a humanidade, perpetrado contra distintos povos africanos, cujos corpos daqueles e daquelas que não resistiram foram descartados sem qualquer dignidade. Além da morte física, há a violência simbólica, que é o apagamento dos vestígios, das narrativas e de memórias sensíveis pela História, pelo Estado e pelas instituições hegemônicas.

Ainda, entendemos que trabalhar a teoria como prática cotidiana não se desprende de metodologia. Portanto, em nível metodológico, adotamos uma postura analítica transversal, proposta por Didier Bigo, de forma que as investigações empíricas se direcionam para uma leitura *do fazer* dos atores em práticas cotidianas as quais são entrecruzadas por uma multiplicidade de linhas transversais que conectam agentes e lugares sobrepostos em arranjos de poder mutuamente influenciados.²⁶ Assim, ao invés de considerar o internacional como um nível de análise homogêneo e totalizante que está acima do nacional e do local, compreendemos que

25 Zalewski, “All these Theories”, p. 351.

26 Didier Bigo, “International Political Sociology: Rethinking the International through Dynamics of Power” in Tugba Basaran *et al.* (ed.), *International Political Sociology: Transversal Lines* (Londres; Nova York: Routledge, 2017), pp. 24-48.

tal divisão – aliás, hierárquica – é ilusória e artificial. A realidade é mais complexa, de modo que o internacional se adentra em muitas cadeias de interdependências as quais misturam diferentes escalas que interagem entre si, de forma simultânea. Logo, segundo Bigo, é mais produtivo centrar em como a transformação e a luta por meio de práticas de politização do internacional se organizam e se desenvolvem em campos de poder, conforme grandes narrativas e sínteses são combatidas e interrompidas.²⁷

A análise transversal se deu em campo, no amplo contexto das atividades oferecidas pelo IPN, mediante visitação e observação do espaço e do conjunto de atividades oferecidas no Museu Memorial Pretos Novos; ainda, participamos de dois Circuitos de Herança Africana realizados em 15 de outubro e 19 de novembro de 2022, sob a supervisão de dois guias do próprio Instituto; conduzimos, também, uma entrevista, em outubro de 2022, com uma pessoa da diretoria, além de conversas informais com outras pessoas da equipe do IPN.²⁸ Para tornar visível realidades, narrativas e memórias invisibilizadas, tomamos as fontes orais (de pessoas atuantes no IPN) e as experiências vividas enquanto critério de significado e embasamento teórico-metodológico.²⁹ Seguimos, ainda, com uma postura que pluraliza a compreensão dos materiais de análise, como o arquivo, o artefato e o documento, para não serem vistos como portadores de informações e textos est ticos e autocontidos; mas com “possibilidade produtiva” advinda de seu trabalho especulativo que oferece caminhos inacabados, transnacionais e multilíngues de teorização como um modo de vida a partir das atividades humanas,   medida que são entrecruzados com a memória, o corpo e o espaço, por exemplo.³⁰ Aqui, precisamos fazer uma observação sobre nosso entendimento de arquivo. Compreendemos

27 Bigo, “International Political Sociology”, p. 25.

28 Ao longo do texto, nos referimos   funcionária da diretoria do IPN, entrevistada em 25 de outubro de 2022, pelo pseud nimo “Marcela” para preservar sua identidade. Similarmente, nos referimos ao guia que conduziu o Circuito da Herança Africana no dia 15 de outubro de 2022 pelo pseud nimo “José” para preservar sua identidade.

29 Patricia Hill Collins, *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política de empoderamento*, São Paulo: Boitempo, 2019.


30 Kazanjian, “Freedom’s Surprise”, p. 140; Zalewski, “All these Theories”, p. 347.

o arquivo como uma forma de organizar a disposição do empírico, a fim de gerar entendimentos específicos sobre ele, cujos significados estão em disputa. Não se trata, portanto, de considerá-lo como transparente, acabado e totalizante.

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos

Como dito anteriormente, em 1996, o Cemitério dos Pretos Novos foi encontrado por acaso durante a execução de obras na residência da família Guimarães dos Anjos. Conforme consta no site do IPN, após quatro anos de descaso do poder público com o sítio, mesmo tendo o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) realizado análises e confirmado que as ossadas depositadas se tratavam do antigo Cemitério dos Pretos Novos, a família decidiu realizar exposições itinerantes com visitação pública ao espaço, por conta própria, com o objetivo de divulgar a história dos pretos novos.³¹ Assim, o primeiro evento aberto ao público na residência foi realizado em 20 de novembro de 2001, sendo que as atividades eram realizadas de forma irregular, sem qualquer tipo de patrocínio. Havia, na época, poucos registros sobre o cemitério e a chegada e vida das pessoas africanas naquele local. Após 9 anos da descoberta do sítio arqueológico e constante descaso das autoridades, a família criou em 13 de maio de 2005 o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, ou IPN. Ele está localizado em parte do Cemitério dos Pretos Novos, na atual rua Pedro Ernesto, Gamboa, no Rio de Janeiro.

Hoje, o Instituto atua como museu e centro cultural e de pesquisa e tem realizado atividades de formação e de preservação do patrimônio, ações educativas e atividades culturais. A casa abarca o Museu Memorial, a Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea, a Biblioteca, a Lojinha Kukambula e a Kantina Kitutes. Contudo, o IPN não recebe nenhum

31 “Museu Memorial”, *Instituto Pretos Novos* .

recurso do Estado, mesmo sendo reconhecido enquanto instituição de utilidade pública. Como instituição privada, ele se mantém graças aos esforços e dedicação da família Guimarães dos Anjos, ao trabalho voluntário de aproximadamente 120 pessoas, dentre elas, pesquisadores, ativistas sociais, educadores e professores, e a interlocução com outros atores sociais e instituições para o estabelecimento de parcerias.

O Museu Memorial Pretos Novos, criado em 2017, é uma exposição permanente que reúne painéis, fotos e parte dos fragmentos de ossos e artefatos encontrados no sítio arqueológico. Em 9 de junho de 2022, o Instituto reinaugurou a sua exposição permanente com novo arranjo, informações atualizadas e novas obras e itens. O espaço expositivo contou ainda com a inauguração do Laboratório de Arqueologia Interativo que permite ao público acompanhar, através de uma janela, o trabalho da equipe profissional. Neste laboratório, a equipe de arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolve novas buscas em campo, cinco anos após a última escavação.³²

Em um galpão anexo ao Museu encontra-se a Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea. Aberta em 2012, a Galeria tem uma programação trimestral e se destina à apresentação de obras de artistas negros e negras ao público, a fim de promover reflexões sobre questões raciais, de igualdade de gênero e de direitos humanos. Em direção ao fundo da casa, há a Biblioteca Pretos Novos com mais de mil obras relacionadas à História e Cultura Africana e Afro-brasileira para consulta na sala de leitura.

Uma atividade de destaque é o Circuito de Herança Africana. Em resposta aos achados do Cais do Valongo em 2011 e do próprio Cemitério dos Pretos Novos, o Circuito foi criado pelo Decreto Municipal nº 34.803/2011. A partir de experiências com oficinas a céu aberto, que se tornaram passeios-aulas, o IPN criou o seu projeto de circuito, em 2016. Com duração aproximada de 2 horas, percorre-se um pouco mais

32 Ítalo Oliveira, “Museu Memorial Pretos Novos reinaugura exposição permanente com novidades e tecnologia”, *Notícia Preta*, 6 jun. 2022 [↗](#).

de 2 km pela Pequena África, em localidades que fortalecem a narrativa histórico-cultural.

A Pequena África, termo atribuído a Heitor dos Prazeres, jornalista e artista afro-brasileiro que viveu na região, passou a ser utilizada a partir da década de 1920 para se referir às “conexões ancestrais entre a América e África”, com destaque para o “surgimento de religiões e práticas de matriz africana, como samba, capoeira e candomblé”.³³ Ela abarca os bairros da região central, Saúde, Providência, Gamboa e Santo Cristo. Porém, Vassallo e Bitter defendem que a Pequena África não é uma espacialidade única, pré-definida e atemporal; está sempre em transformação, conforme lideranças negras e outros grupos subalternizados “reivindicam poder, participação e reconhecimento” mediante a afirmação de seus laços com o território e a valorização do “seu vínculo com a cultura afro-brasileira”.³⁴

O roteiro do circuito inclui visitação aos seguintes pontos históricos: Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, Morro da Conceição, Jardim Suspenso do Valongo, Praça dos Estivadores, Docas D. Pedro II, Cais do Valongo, Quartel da Guarda Real, Ladeira Machado de Assis, Revolta das Vacinas, Hospital Lazareto, Centro Cultural José Bonifácio e Cemitério dos Pretos Novos. O circuito é oferecido gratuitamente para instituições de ensino público, de terça à quinta, e para o público, aos sábados, com guias de turismo e/ou monitores turísticos capacitados pelo próprio IPN.

Outra atividade é as oficinas, totalmente gratuitas, que ocorrem ao longo de todo o ano. Seu objetivo é promover a troca de saberes acadêmicos e de vivências adquiridas com o cemitério, entrelaçando temas muito diversos, como história da África e da região portuária carioca, história do tráfico negreiro, arqueologia da diáspora africana, memória e patrimônio, cosmogonia e religiosidade africana, conto de tradição oral africana e afro-brasileira etc. O projeto foi iniciado em 2010 e, até 2021,

33 Reyes-Carranza, “Black Place-Making”, p. 3.

34 Simone Pondé Vassallo e Daniel Bitter, “A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus”, *Revista Antropológica*, n. 45 (2018), p. 100.

foram realizadas 436 oficinas para mais de 18 mil participantes, segundo informações do IPN.

O IPN conta, ainda, com três cursos de pós-graduação lato sensu, sendo eles: História da África e da Diáspora Atlântica; Educação Patrimonial; e História do Rio de Janeiro. E oferece cursos de capacitação para guias de turismo regional e para professores. Esses dois cursos têm como proposta valorizar o patrimônio histórico e arqueológico e ampliar o acesso à história, à cultura e à memória afro-brasileira, de modo que o primeiro se volta para qualificar guias na roteirização turística, enquanto o segundo se destina a capacitar professores/educadores a abranger os pontos em sala de aula.

Em uma entrevista com uma pessoa da diretoria do IPN nos foi informado que o Instituto está desenvolvendo outras atividades a serem implementadas, como sarau na Biblioteca, leituras mediadas e outras ações para expandir a sala para a rua. Também nos foi informado acerca de um convênio com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em que pessoas condenadas a prestar serviços comunitários colaboram com o trabalho realizado pelo IPN.³⁵

O Instituto tem conquistado distintos prêmios. Em 2010, recebeu o prêmio Rodrigo Mello Franco, na categoria “Proteção do patrimônio natural e arqueológico”, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No contexto das oficinas, recebeu o prêmio da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), em convênio com a Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, em 2014; nesse mesmo ano, recebeu o prêmio da Fundação Gucci pelo empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social. Em 2016, pelo trabalho realizado na Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea, recebeu o prêmio Cultura Carioca e o Prêmio Ações Locais. Já em 2017, o prêmio Afro Nacional, na categoria especial pela exposição permanente com informações atualizadas do Museu Memorial.

35 Marcela, *Entrevista*.

Do mapeamento das práticas cotidianas

O Instituto Pretos Novos realiza uma variedade de atividades diárias, incluindo receber visitantes em seu Museu Memorial, oferecer programas de pós-graduação, realizar oficinas e conduzir o Circuito de Herança Africana. Através de uma análise cuidadosa dessas atividades, foram identificadas três práticas específicas: sensibilização, revisão de arquivos e contrageografias. Cada uma dessas práticas é explorada em um subtópico nesta seção, fornecendo uma compreensão mais profunda do trabalho do Instituto e de como essas práticas se entrelaçam em suas atividades cotidianas.

A morte física e simbólica e a sensibilização enquanto prática

Ao adentrar no Museu Memorial Pretos Novos, vemos a exposição permanente, atualmente de curadoria de Marcos Antônio Teobaldo. Ao olhar para o chão, a exposição automaticamente se metamorfoseia em um ritual fúnebre, que dança e transita entre o presente e o passado, que honra a memória de todos aqueles cujos corpos algum dia foram colocados ali sem a devida cerimônia. Em um dos três poços de escavação, encobertos por uma tampa de vidro e expostos no Museu Memorial, encontra-se, até o momento, o único esqueleto inteiro encontrado no Cemitério dos Pretos Novos. Estirado no chão, sabe-se que o corpo pertence a uma jovem africana escravizada, de aproximadamente 20 anos, devido às análises arqueológicas. Porém, ninguém sabe dizer nome, data de nascimento, povo de pertença ou a sua história. A equipe de arqueologia a batizou de Bakhita “em homenagem à padroeira dos sequestrados e escravizados, Santa Josefina Bakhita, a primeira santa africana, canonizada em 2000 pelo Papa João Paulo II”.³⁶

Para Aimé Césaire, a colonização é *coisificação*, pois transforma o outro em *coisas* que se podem possuir, utilizar e dispensar.³⁷ E é esse

36 “Cemitério dos Pretos Novos, Museu Memorial”, *Instituto dos Pretos Novos* [↗](#).

37 Aimé Césaire, *Discurso sobre o colonialismo*, São Paulo: Veneta, 2020.

aspecto do processo colonial desumanizador e coisificador que vem à tona inegavelmente com a descoberta do Cemitério Pretos Novos: o desrespeito com o sujeito negro, colocado em posição de objeto e o descarte de seu corpo, sem vida e, portanto, desprovido de utilidade para os traficantes de escravos. No contexto colonial, segundo Achille Mbembe, a pessoa escravizada é transformada em sombra personificada, e a sua condição seria resultado de uma tripla perda: “perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de status político”.³⁸ Desta forma, o tratamento dirigido às pessoas escravizadas era o de sombra personificada, desumanizada e em estado de dominação completa, ao passo que o racismo cria a aceitabilidade do fazer morrer.³⁹ Assim, a hierarquização racial que desumaniza o negro e o coloca no seu mais baixo estrato, legitimou e constituiu a aceitabilidade da morte dos povos escravizados, cuja dispensabilidade e desumanização são tamanhas que milhares de corpos nus foram empilhados sem direito a ritual religioso no Cemitério dos Pretos Novos.⁴⁰

Após as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas no cemitério, foi constatado que 70% dos corpos que ali jazem são de origem Banto, grupo etnolinguístico que compõe mais de 400 subgrupos étnicos e que possui uma relação profunda com a morte e os ritos de passagem.⁴¹ Pereira explica que o culto aos ancestrais era algo de extrema importância, sendo que a morte da pessoa no continente americano ou a não realização do sepultamento significa o rompimento com a linha ancestral e a vida em comunidade; quer dizer, ficar sem linhagem e “sem a perspectiva de uma vida futura junto aos seus antepassados, em África”.⁴²

Frente a isso, o IPN adota ações que buscam *sensibilizar* diversas comunidades de religiões de matriz africana e até mesmo grupos de pessoas africanas, que se dirigem ao espaço para prestar homenagem e realizam os rituais póstumos em uma tentativa simbólica de honrar e

38 Achille Mbembe, “Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção política da morte”, *Arte & Ensaios*, v. 1, n. 32 (2016), p. 131.

39 Mbembe, “Necropolítica”, p. 131.

40 Pereira, “As duas evidências”, p. 333.

41 Pereira, “As duas evidências”, p. 335.

42 Silva *apud* Pereira, “As duas evidências”, p. 335.

reparar todos aqueles cuja memória foi esquecida e reconhecer sua ancestralidade. Tais ações são extremamente significativas para a memória de todos os que sofreram com a escravidão, assim como para todos os descendentes negros que não possuem ou não conhecem diretamente a sua ancestralidade. É necessário apontar, contudo, que, como não é possível identificar a origem de todas as pessoas cujo nome consta no Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, a reparação simbólica e religiosa é parcial, de modo que existem ainda milhares de pessoas cuja história e ancestralidade não são conhecidas.

Desta forma, é frente à evidência material do passado que o IPN atua com *práticas de sensibilização*. Definimos tais práticas como sendo um conjunto de ações e atividades voltadas para nos sensibilizar acerca dos processos desumanizadores e de violência perpetrados, material e simbolicamente, contra pessoas, grupos e comunidades marginalizadas. No caso do IPN, as práticas de sensibilização se voltam para humanizar indivíduos que sofreram com o tráfico internacional e a escravização mediante o resgate da memória afrodiaspórica, do Circuito de Herança Africana, da formação de guias, de rituais póstumos etc.

Argumentamos que o reconhecimento das mortes dos pretos novos é uma forma não só de reconstituição de memórias sensíveis, mas de acender um diálogo que busca sensibilizar os visitantes sobre um período que é constitutivo da história do Brasil. Ressaltamos que o processo de reconstituição de memórias sensíveis realizado pelo IPN é marcado também pela disputa acerca do que constitui uma memória sensível, sendo necessário que o Instituto reitere que a dimensão violenta dos eventos abordados é constitutiva da sensibilidade dessas memórias, informando, assim, a importância de serem abordadas com respeito. Estivemos no Museu Memorial e nossas primeiras sensações ao entrar em contato com as narrativas contadas no Instituto são um misto de surpresa, curiosidade, horror e reflexão. Surpresa, porque quem imaginaria que existiria um cemitério onde pessoas negras recém-chegadas eram empilhadas? E que estaria “no quintal de alguém”? Curiosidade, pois nos damos conta do enorme apagamento que a história afrodiaspórica sofre,

e nos perguntamos o quanto mais ainda há para ser descoberto. Horror, porque este sentimento vem à tona ao constatarmos que, abaixo daquela superfície onde está Bakhita, se encontram outros corpos, entre 30 e 50 mil, e que, antes do cemitério ser descoberto, a vida passava dia após dia, literalmente como se aquela parte da história não existisse. Como se aquelas pessoas nunca houvessem existido. Soterradas. Escondidas. Por fim, reflexão, porque o aspecto violento sobre corpos negros continua feroz até aos dias atuais, que torna a população negra alvo nas periferias, nas favelas e em tantos outros lugares.

Internacionalmente, o costume de construir memoriais no caso de eventos culturalmente sensíveis existe como forma de fixar a memória e ampliar a conscientização acerca do acontecimento.⁴³ No caso do IPN, o Museu Memorial e Circuito de Herança Africana, realizado na região da Pequena África e do Complexo do Valongo, são duas formas de reconstruir uma memória afrodiaspórica por meio da sensibilização. Mas, tratando agora especificamente do Museu Memorial enquanto espaço físico do IPN, ao adentrarmos nele, Bakhita toma centralidade (Figura 1). Assim como no caso dos memoriais do Genocídio de Ruanda, no IPN existem restos humanos à mostra como forma de evidenciar e sensibilizar acerca da violência ali que ocorreu.⁴⁴ A memória atua dentro da chamada “topografia de lembrança e esquecimento, que na história e relações de poder contemporâneos, tem um papel crítico na determinação do que as pessoas se lembram e esquecem no âmbito público”.⁴⁵ Desta forma, o papel de reconstrução de narrativas e de políticas de memória realizado pelo IPN é de extrema importância para mensurar (ou pelo menos tentar) a dimensão das violações ocorridas e atuar como política de reparação histórica que visa conter as políticas de esquecimento do período colonial e também do presente.

43 Erin Jessee, *Negotiating Genocide in Rwanda: the Politics of History*, Londres; Nova York: Palgrave Macmillan, 2017, p. 72.

44 Jessee, *Negotiating Genocide in Rwanda*, p. 79.

45 Meierhenrich *apud* Jessee, *Negotiating Genocide in Rwanda*, p. 71.

Figura 1
Bakhita, junto de outros fragmentos de ossos, no Museu Memorial Pretos Novos



Fonte: Autoras, 2022.

O Livro de Óbitos da freguesia de Santa Rita é um artefato que tem um papel marcante no Museu Memorial (Figura 2). O Livro é um registro das milhares de pessoas que ali jazem, mas também atua como política de memória e retomada de subjetividade para os pretos novos com o reconhecimento de seus nomes. De fato, não é possível identificar os corpos, mas a nomeação também relembra a existência daquelas pessoas, sendo uma tentativa de humanizá-las.

Figura 2
Livro de Óbitos, no Museu Memorial Pretos Novos



Fonte: Autoras, 2022..

Neste sentido, a memória pode ser entendida como uma “fusão de corpos (mistura humana e não humana), lugares (frágeis e configurações espaço-temporais provisórias) e práticas (ações sempre embutidas em performances e traduções), formando agenciamentos mnemônicos”.⁴⁶

46 Fernanda Barreto Alves, “Memory Matter(s): Assembling Memorials in Post-genocide Rwanda”, Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade

Assim, observamos que as práticas do IPN perpassam as três dimensões da memória, de forma que busca conjuntamente trabalhá-los, tendo em vista o caráter delicado e sensível das questões abarcadas.

A atuação do Instituto também é cuidadosa com relação à devida atuação e formação das pessoas que trabalham na execução dos projetos, a exemplo dos guias. O preparo dos guias para o repasse destas informações e a realização do trajeto com um grupo tão diverso de pessoas é, certamente, um desafio, mas também, uma ação de extremo cuidado e responsabilidade por parte do IPN. Considerando a sensibilidade do espaço, os objetivos do Curso para Capacitação de Guias do IPN é, não somente, qualificar os profissionais de maneira técnica para a realização dos Circuitos de Herança Africana, mas também sensibilizá-los, como relata a entrevistada. Isso porque a atuação na região requer uma enorme sensibilidade das pessoas guias para conduzir as atividades em nome de memórias sensíveis que possam ser abordadas e desenvolvidas com toda sua relevância histórica para aquelas pessoas visitantes que também precisam ser sensibilizadas ao conhecerem o espaço do Museu Memorial e do Circuito.

À vista disso, ao participarmos do Circuito de Herança Africana, recebemos uma enorme quantidade de informações que nos impactaram profundamente. Percebemos e experimentamos que o caminhar pelas ruas da região do Valongo e da Pequena África gerou uma resposta corporal e emocional em todo o grupo. A necessidade da formação surge, portanto, a partir da enorme responsabilidade existente ligada à complexidade e sensibilidade da região. Isso requer não somente um cuidado com o espaço e a história do lugar, mas um cuidado com a memória das pessoas que ali passaram e os impactos da escravidão para o Brasil. Conseguir sensibilizar um grupo diverso e heterogêneo, seja em termos de idade, formação e origem, é um esforço necessário para a equipe do IPN, haja vista a importância da experiência impactar positivamente grupos de diferentes regiões do país no sentido de repensarem a narrativa da escravidão mediante uma perspectiva crítica e humanizada.


Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p. 2.

Do escândalo à interrupção: a revisão de arquivos

Bakhita é um “arquivo da escravidão [que] repousa sobre uma violência fundadora”; violência essa cometida contra a população africana e negra.⁴⁷ Embora tal arquivo não forneça um relato completo da vida da jovem, o que há de mais material e empiricamente comprovado é a sua morte: encontra-se disposta em um espaço de 2m², junto de uma pilha de outros fragmentos de ossos de outros corpos, alguns queimados. É um escândalo! Afinal, Bakhita, soterrada por mais de 200 anos, atesta o maior crime contra a humanidade: o tráfico e a escravização de pessoas africanas.

Por outro lado, do escândalo que o arquivo da escravidão nos escancara, um conjunto de outras descrições emergem para preencher lacunas e oferecer produtivamente outros relatos singulares. Desse modo, nosso argumento, aqui, envolve três pontos: primeiro, uma *revisão de arquivos* é constituída, cotidianamente, nas/pelas práticas do IPN em distintos cenários como uma forma de interrupção crítica aos relatos e narrativas homogeneizantes e dominantes que tecem corpos negros sujeitos e sem poder de agência; segundo, a revisão de arquivos ocorre por meio da teorização sucessiva e plural de modos de vida afrodiaspóricos, à medida que a memória e as narrativas são interpeladas com o empiricamente verificável e material; e, terceiro, os arquivos “revisados” da escravidão são internacionais, não apenas porque remetem a eventos internacionais, mas porque tratam de conhecimento internacional.⁴⁸

No Museu Memorial Pretos Novos (Figura 3), as paredes são preenchidas de painéis datados com informações, mapas e textos de jornais e fotografias da época que pluralizam o evento da colonização, por exemplo, a respeito do tráfico de pessoas africanas escravizadas e os navios negreiros, o mercado da escravidão no Rio de Janeiro, o complexo do Valongo etc. Tais arquivos envolvem Bakhita com outras historicidades e fornecem uma narrativa ampla do contexto que abrange o destino trágico dela.

47 Saidiya Hartman. “Vênus em dois atos”, *Revista Eco-Pós*, v. 23, n. 3 (2020), p. 27 .

48 Grovogui, *Beyond Eurocentrism and Anarchy*, p. 23.

Figura 3
Museu Memorial Pretos Novos, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos



Fonte: Autoras, 2022.

Além daqueles painéis datados historicamente, há outro com um conjunto de diferentes textos, jornais e fotografias contemporâneas sobre outros modos de exclusão da população negra. Nesse mesmo painel, são apresentadas as ações culturais e educativas do Instituto, as quais buscam preservar o patrimônio material e imaterial africano e afro-brasileiro. Ademais, espalhadas no espaço do Instituto estão imagens, esculturas, quadros e dizeres que evocam uma valorização da cultura africana e afro-brasileira; por exemplo, logo na entrada há uma parede adornada com tecido africano, cujo centro possui o escrito “Matriz africana” com letras grandes e ao longo da sala há quadros que remetem à religiosidade e à cultura africanas. Destaca-se, ainda, a Galeria Pretos Novos de Arte Contemporânea que apresenta obras de artistas locais.

Este mosaico de informações – históricas (do passado e do presente), culturais e estéticas – disputam e dialogam entre si no mesmo espaço.

Embora haja dor e sofrimento representado, há um intervalo ocupado, transversalmente, por presença, luta e resistência negra, conforme oferece outras linguagens que preenchem e ressignificam o arquivo. Importante destacar, dessa forma, que os arquivos não são estáticos e autocontidos. Há diferentes descrições que são atualizadas pelo Instituto, ao passo que novas descobertas são realizadas nas escavações, nas dissertações e teses de pesquisadoras/es atuantes no IPN e no resgate de memórias negras e afrodiáspóricas da comunidade em que se insere. Falaremos delas enquanto *práticas de revisão de arquivos*, entendidas como aquelas que preenchem, extrapolam e ressignificam os conhecimentos dos arquivos, de modo contínuo, para tentar dar conta da diversidade das memórias, das narrativas, das experiências etc. que os envolvem.

As oficinas, por exemplo, buscam circular conhecimentos produzidos por pesquisas científicas em teses doutorais e dissertações de mestrados, mas também de outros lugares que mobilizam outras epistemologias, como os saberes e fazeres de pessoas contadoras de histórias, griôs e quilombolas. Segundo relata a entrevistada, “a equipe técnica do IPN está atenta para a incorporação da comunidade”, sendo que o objetivo é “socializar o conhecimento para o povo” e a “questão da linguagem das oficinas é importante; é preciso adequá-la para as pessoas que ainda não acessaram o ensino universitário, inclusive o básico”.⁴⁹

A preocupação com um conhecimento acessível também se dá no contexto dos cursos para capacitação de guias e de professores. A pessoa entrevistada relata que o Instituto incorpora vozes da comunidade, de artistas locais e de contadores de histórias, a fim de atualizar as narrativas e as memórias sobre a história e a cultura das populações negras e os eventos que as atravessam. Assim, segundo a entrevistada, é necessário “conversar com osicineiros e professores”, no sentido de “instrumentalizar profissionais e qualificar o discurso e a atividade” para que se possa “dialogar com as memórias do território” de forma técnica, à medida que

49 Marcela, *Entrevista*.

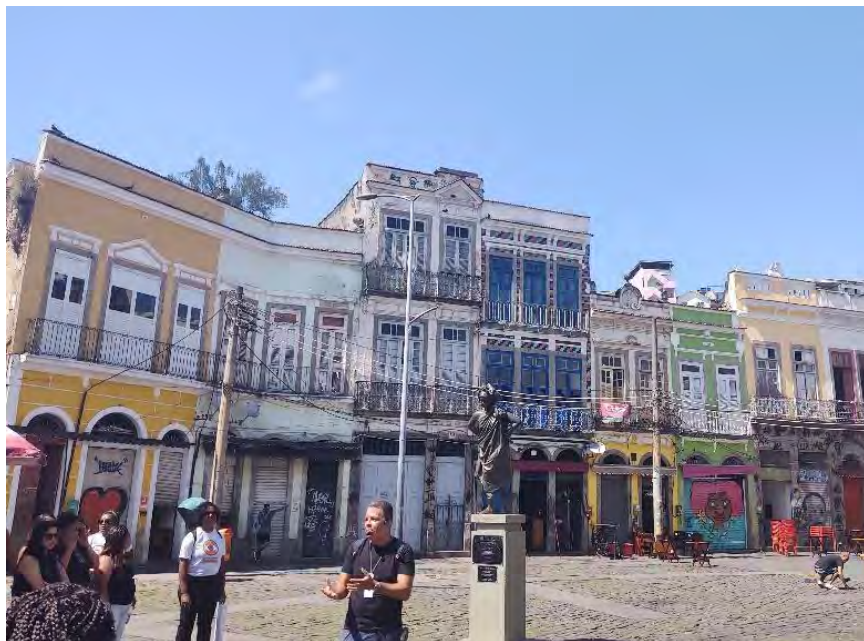
há uma ressignificação e maior integração com elas.⁵⁰ Em um exemplo dado, a entrevistada questiona que o “Afroaxé não é a mesma coisa que bloco de carnaval” ou, então, “O que é um trapiche? Eu só vim conhecer este termo quando vim para cá. Trapiche é um ancoradouro para barcos de pequeno calado e muitos deles serviam como mercados de pessoas e coisas. É preciso que a gente fale mais disso”.⁵¹ É com esta preocupação que a equipe do IPN busca conciliar o empírico com as memórias sensíveis e afrodiaspóricas para a viabilização de suas práticas. Ademais, é nesta comunhão entre incorporação de memórias e narrativas negras com o empiricamente verificável e técnico que transversalmente o conhecimento é descolonizado.

O Circuito de Herança Africana também adentra como prática de revisão de arquivos. Ao participarmos dele em uma manhã de sábado, já na primeira parada, no Largo de São Francisco da Prainha, fomos contemplados com uma aula sobre as Casas de Zungu. Segundo explica um dos guias, as Casas de Zungu (Figura 4) eram locais de comercialização de pratos de angu na região portuária, lideradas por mulheres negras, e que também se destinavam ao *acolhimento* de trabalhadores negros da região. Ainda, como forma de luta e resistência, nos fundos destas Casas se praticava, às escondidas, a religiosidade de matriz africana e havia o *acolhimento* de pessoas negras escravizadas que, ao fugirem, buscaram abrigo antes de continuar o percurso até os quilombos.

50 Marcela, *Entrevista*.

51 Marcela, *Entrevista*.

Figura 4
Casas de Zungu, no Largo de São Francisco da Prainha



Fonte: Autoras, 2022.

A narrativa de acolhimento também é mobilizada na Pedra do Sal. Entalhada em uma escadaria pelas pessoas negras escravizadas, a Pedra do Sal (Figura 5) servia como local de desembarque de carregamento de sal dos navios. Mas o guia nos ensina que ali, também, foi o berço do samba carioca, onde se reuniram grandes sambistas, como Pixinguinha e João da Baiana, sendo Tia Ciata uma precursora. Um dos guias conta ainda que a área foi povoada densamente por pessoas negras, inclusive de outros estados, que procuravam emprego devido à proximidade com os armazéns. Em virtude da densidade populacional negra na área, a Pedra do Sal e seu entorno insurgiu como região de acolhimento em razão da comunidade deter as mesmas práticas culturais, como o citado samba e fortes laços de religiosidade de matriz africana por meio dos terreiros de candomblé, como o de João Alabá.

Figura 5
Pedra do Sal



Fonte: Autoras, 2022.

Entre o subir e descer do Morro da Conceição, o guia, em dado momento, traz as seguintes palavras: “O circuito do IPN é uma reescrita da memória de forma sucessiva”.⁵² Se saiu de forma espontânea ou não, essa afirmação evidencia nosso entendimento de que o teorizar é um modo de vida em que o circuito marca memórias singulares e comprobatórias ativadas pela materialidade das edificações. Assim, a *reescrita sucessiva* como meio de teorização se localiza, transversalmente, na prática de revisão de arquivos, conforme interpela a memória e interrompe aqueles relatos que buscam cristalizar uma imagem de apenas dor e sofrimento negro. Os exemplos sobre as Casas de Zungu e a Pedra do Sal com a articulação do significado de acolhimento refletem uma história cultural com atores e agentes que realizaram ações de luta e resistência. Em um movimento descolonizador do conhecimento, o circuito possibilita que os participantes, de forma interdisciplinar e transversal, experimentem e descubram coisas importantes em campo com o acesso às narrativas contra-hegemônicas e memórias afrodiaspóricas.

Em outros momentos, a prática de revisão de arquivos também se põe como crítica ao apagamento da cultura afro-brasileira. Por exemplo, quando fomos conduzidos pelo guia até os Jardins Suspensos do Valongo, foi relatado que para a construção dele, em 1906, pelo prefeito Pereira Passos, casas de compra e venda de pessoas escravizadas, cortiços e terreiros foram aterrados para a construção do muro de contenção. O mesmo aconteceu com parte do aterramento do Cais do Valongo, em 1843, para dar lugar ao Cais da Imperatriz e, depois, o aterramento completo em 1904, também durante a reforma urbana conduzida pelo prefeito Pereira Passos. A materialidade se revela, mais uma vez, crucial para a ativação de memórias e narrativas.

Portanto, por mais cotidianos e fragmentários que sejam os arquivos no IPN, eles são textualmente coerentes, ao passo que ensinam

52 José, *Informação verbal fornecida a Jéser Abílio de Souza, Maria Lidia Mattos Valdivia e Valéria Oliveira Lopes durante o Circuito da Herança Africana*, Rio de Janeiro, 15 out. 2022.

com informações vivenciadas e experimentadas em reflexões sobre distintas histórias afro-brasileiras, “sem replicar a gramática da violência”.⁵³ Embora não seja possível escapar do ato de revisitar o relato de morte – a própria Bakhita está lá para nos lembrar do horror – há uma ampliação e pluralização das memórias afrodiaspóricas por meio de teorizações constituídas por práticas cotidianas de revisão de arquivos, que se dão com as oficinas, os cursos de capacitação, o Museu Memorial, o circuito e as outras atividades, as quais empreendem movimentos de descolonização do conhecimento.

Por fim, entendemos que o conjunto de arquivos “revisionados” são internacionais. Os lugares e eventos esquecidos e narrativas desconhecidas ocorrem dentro de estruturas de eventos internacionais os quais rompem fronteiras estatais, a partir de arquivos, de memórias sensíveis e de materialidades marcadas pelo movimento diaspórico e transnacional que é a história, a cultura e os corpos africanos e afro-brasileiros. As Casas de Zungu e a Pedra do Sal, enquanto arquivos, foram verdadeiros “refúgios” para pessoas que buscavam escapar, lutar e resistir contra o evento global que foi a escravidão. O Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, também arquivos, atestam a estrutura econômica do comércio global de pessoas escravizadas. Por efeito, a prática de revisão de arquivos sobre tais materialidades envolve tanto a incorporação de memórias sensíveis, transnacionais, e de narrativas contra-hegemônicas quanto a interrupção crítica do relato homogeneizador e da história hegemônica a partir da mobilização de conhecimentos internacionais os quais são teorizados de forma transversal. No processo, o IPN emerge como teórico, ator e agente internacional, cujo lugar de enunciação expressa aprendizados que buscam transformar o silêncio em ação em diferentes práticas cotidianas.

53 Kazanjian, “Freedom’s Surprise”, p. 143; Hartman, “Vênus em dois atos”, p. 18.

Entre a (re)produção do espaço e as contrageografias

A região da Pequena África se apresenta como um espaço fundamental de materialização do histórico da violência colonial no Brasil, que fere o corpo dos sujeitos escravizados física e simbolicamente e, simultaneamente, deixa também uma marca na tessitura espacial brasileira. Trata-se, assim, segundo Oliveira, “[d]o racismo inscrito na produção social do espaço”.⁵⁴ Esta produção social do espaço brasileiro, por sua vez, está inscrita em redes de poder múltiplas que se influenciam transnacionalmente. Inserida na lógica de acúmulo de capital imperial durante o colonialismo, a região da Pequena África também se apresenta como um espaço de relações internacionais, no sentido sociopolítico, e Relações Internacionais, no sentido disciplinar, por excelência. Isso porque o colonialismo deixa uma sutura no território, cujos efeitos deixam cicatrizes que, de um lado, têm sofrido tentativas de apagamento, e, de outro, representam movimentos que envolvem redes locais, nacionais e transnacionais de relações de poder.⁵⁵ Assim, a sutura se refere não somente à lógica colonial e capitalista do comércio internacional de pessoas escravizadas sequestradas de suas comunidades, mas também diz respeito aos processos de deslocamento e territorialização de comunidades afrodiáspóricas em contextos de violência e resistência.

Neste sentido, propomos que o IPN se constitui como um constante produtor e reproduzidor de *geografias negras* que (re)constroem a memória afrodiáspórica brasileira cotidianamente.⁵⁶ O conceito de *geografia negra*

54 Denilson Araújo de Oliveira, “Inscrição espacial do racismo e do antirracismo: A ‘Pequena África’ como forma de descolonização da área central e portuária do Rio de Janeiro”, *13º Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento*, São Paulo, 2019, p. 1 [↗](#).

55 Mark B. Salter, “Theory of the/: The Suture and Critical Border Studies”, *Geopolitics*, v. 17, n. 4 (2012), pp. 734-755 [↗](#).

56 Renato Emerson dos Santos e Gabriel Siqueira Correa, “A geografia negra das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil” in Renato Emerson dos Santos (org), *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil* (Belo Horizonte: Autêntica, 2007), pp. 115-142.

que estamos mobilizando não faz referência puramente à uma porção territorial geoespacialmente delimitada remetente à herança africana (a Pequena África, neste caso). Ao invés disso, trata-se de situar no próprio *corpo* dos sujeitos afrodiaspóricos e nas suas práticas orais, materiais e culturais de socialização uma reconstituição geográfica em constante movimento. Estas geografias móveis, transversais e plurais são concebidas a partir da relação em *comunidade* em que o território se constitui como um lugar de violência e resistência e o *corpo* é espacializado em processos de luta e memória coletiva. Neste sentido, é importante evidenciar que o IPN se constitui com *um* dos inúmeros atores que produzem geografias negras na região. E, portanto, ele é capaz de convergir, divergir e entrar em disputa com outras concepções sobre a relação entre espaço, raça e memória de outros agentes – como o próprio Quilombo da Pedra do Sal, por exemplo. Diante disso, nosso argumento é que a (re)constituição de memória afrodiaspórica promulgada pelo IPN ocorre por meio de *práticas de contrageografias* que afirmam discursiva e materialmente tanto uma multitude de vivências negras como comprovação de uma política hegemônica escravagista e genocida, quanto articulam a difusão e a preservação de epistemologias desafiadoras desta mesma política. Definimos práticas de contrageografias como as múltiplas formas de reconstituição de vivências espacializadas, seja material ou simbolicamente, por meio da centralidade da memória – no nosso caso, da memória afrodiaspórica. Assim, as práticas de contrageografias constituem uma descolonização espacial a partir da reivindicação de formas plurais de compreender a relação corpo-território a qual é interpelada pela memória.

O IPN atua não apenas em resposta ao racismo que produz espaços de violência colonial, estrutural, política e social, mas também a partir de práticas cotidianas que centralizam ontológica e epistemologicamente os saberes negros como produtores e conhecedores de um espaço próprio, de reconstituição de si e de subversão da narrativa racial hegemônica (principalmente levando em consideração um histórico discursivo de democracia racial). Neste sentido, o Circuito de Herança Africana se

apresenta como uma poderosa ferramenta de (re)especialização que situa os negros como *sujeitos* da história brasileira, ao invés de meros *objetos* do processo colonial.

Por meio da visitação aos 13 pontos turísticos do circuito, os guias voluntários do Instituto descrevem as ambivalências da vivência negra da região ao evidenciar simultaneamente os processos de violência e resistência no período colonial e posteriormente. Enquanto o Cais do Valongo e o Cemitério dos Pretos Novos, por exemplo, se apresentam como uma memória de dor e violência, as antigas Casas de Zungu, a Casa da Tia Ciata e a Ladeira Machado de Assis, por sua vez, nos permitem reconhecer movimentos de produção cultural negra, luta e acolhimento em comunidade. Este trajeto plural é consequência de um comprometimento do Instituto com a manutenção de uma historiografia negra embasada na *transversalidade* e na interdisciplinaridade dos seres e dos saberes, conforme enfatiza a centralidade do sujeito afrodiaspórico na literatura, na música, na arte e na religiosidade. Esta transversalidade, aliás, evidencia que a região da Pequena África é, acima de tudo, *sentida*. Por exemplo, a imagem de Zumbi dos Palmares, último líder do Quilombo dos Palmares, é trazida como forma de reescrever o espaço a partir da centralidade afrodiaspórica (Figura 6). Assim, ao realizar o circuito ou visitar o Museu, esta geografia nos preenche e nos torna parte dela. Somos tomados com a profunda sensação de habitar simultaneamente um passado próximo e seu presente resultante e, desta forma, participamos do processo de reescrita desta memória transnacional afrodiaspórica.

Figura 6
Imagem de Zumbi dos Palmares, ao lado da Pedra do Sal



Fonte: Autoras, 2022.

O IPN realiza o Circuito de Herança Africana com estudantes de escolas públicas do município de maneira gratuita. Ao encorajar a juventude carioca a percorrer o circuito e visitar o Museu Memorial, há uma expansão do alcance do Instituto com o processo de espacialização da memória afrodiaspórica da Pequena África para além dos pontos de visitação; ademais, fornece a estes estudantes novos entendimentos sobre a própria história e territorialidade. Além disso, o circuito atrai turistas e a pós-graduação no formato à distância permite a participação de pessoas não residentes no Rio de Janeiro. Logo, este conhecimento contrageográfico é disseminado de maneira transterritorial.

Além do circuito, as oficinas gratuitas tornam acessível à população discussões sobre a relação da memória e do patrimônio afrodiaspórico com o território da Pequena África. Similarmente, o Instituto destaca


a participação da comunidade negra local no processo de construção dessa espacialidade por meio de saraus voltados para a cultura popular, atividades que centram em performance, leituras mediadas e exposições trimestrais com artistas negros locais. A dinâmica proposta com tais atividades evidencia a prática de contrageografias em que o processo de (re)espacialização negra se manifesta na relação entre *corpos* em contato.

Dessa maneira, argumentamos que a (re)produção e (re)constituição do espaço negro constitui, fundamentalmente, uma geografia produzida por *corpos em comunidade* que, discursivamente, reitera epistemologias afrodiaspóricas que dão sentido à materialidade do local. As ontologias negras criam uma epistemologia contra-hegemônica que opera sob uma lógica própria, com vocabulário e espaço-temporalidade próprios. As oficinas, a pós-graduação e os demais eventos culturais que o IPN oferece ao público possuem o objetivo de *socializar* tais conhecimentos ao povo. Este movimento, que é descolonizador, é uma forma de aproximar a comunidade da academia, tornando-a acessível. Tal dinâmica possibilita que estas geografias negras se movam e penetrem os espaços de produção de conhecimento e pensamento crítico, tradicionalmente associados à academia ocidental.

Outro aspecto das práticas de contrageografias que são constituídas pelo IPN em comunidade diz respeito aos cursos para capacitação de guias de turismo e de professores/educadores. O IPN parte de um esforço em integrar os sujeitos com suas histórias e, sobretudo, instrumentalizar esses profissionais para trabalharem de forma legal (principalmente no atual cenário socioeconômico de crescente desemprego). Esta dimensão representa uma forma de qualificar o discurso afrodiaspórico que o Instituto reivindica e as atividades de memória. Ainda, ele reitera e afirma uma memória afrodiaspórica local embasada no acolhimento, diante da parceria com o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ao receber e ressocializar indivíduos condenados que devem cumprir serviço comunitário em colaboração com o trabalho arqueológico do Instituto.

Por outro lado, as tentativas de apagamento da violência colonial e da herança africana a partir de processos de revitalização urbana promulgados pelo Estado são resultado de uma busca por maior inserção brasileira na lógica moderna internacional a partir de um espelhamento ao padrão urbano e político europeu. A partir de conversas que tivemos com a equipe do IPN, bem como por nossa participação em dois Circuitos de Herança Africana, destacamos aqui dois eventos: a reforma Pereira Passos e o projeto Porto Maravilha, os quais se inscrevem em redes de poder locais, nacionais e transnacionais. Para o IPN, eles se constituem como fenômenos centrais nas disputas de construção e reivindicação do espaço da Pequena África. Isso não significa que a disputa social e material afrodiáspórica no território do Rio de Janeiro seja redutível a estes dois momentos. Mas apenas que eles são enfatizados segundo a narrativa apresentada pelo próprio Instituto. Por exemplo, a construção da Avenida Presidente Vargas no final da década de 1930 e a construção do monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares em 1986 se apresentam como outros momentos de enredamentos de poder na produção de geografias negras.

A reforma do prefeito Francisco Pereira Passos no início do século XX constitui um momento de remodelação da cidade na tentativa de torná-la mais palatável e atraente para capital de investimento internacional.⁵⁷ Este projeto resultou no alargamento das ruas da região em direção ao Morro da Conceição para maior circulação de ar, na destruição de casas de compra e venda e, sobretudo, na destruição de moradia da população negra carioca e sua expulsão do ambiente urbano.⁵⁸ Este processo de embelezamento e simultâneo apagamento da memória a partir do aterramento da região é evidenciado em dois pontos do circuito: o Jardim Suspenso do Valongo e o Cais de Valongo, já mencionados no tópico anterior. Desta forma, a descoberta do Cais do Valongo, que reescreve a região nas redes coloniais de violência e exploração de pessoas escravizadas, retoma

57 Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva, “Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos”, *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11 (2019), p. 3 .

58 Ferreira da Silva, “Algumas considerações sobre a reforma urbana”, p. 3-4.

a memória afrodiáspórica e se apresenta como uma contrageografia de insubmissão frente a tais tentativas de apagamento.

Similarmente, o projeto Porto Maravilha, criado pela Lei Municipal 101, de 2009, busca realizar intervenções territoriais com o objetivo de transformar e “revitalizar” a região. O objetivo inicial do projeto era preparar a região para dois eventos internacionais, a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.⁵⁹ Neste sentido, o projeto prescreveu a criação de novas vias, ciclovias, túneis, rampas e pontos ferroviários para implementação de veículos leves sobre trilhos ou VLT. A construção da ferrovia do VLT, especificamente na região da Pequena África, evidencia estas dinâmicas de poder entre redes governamentais e internacionais em disputa com resistências locais, conforme foram encontrados artefatos históricos durante o processo de escavação. Estes artefatos, remetentes ao contexto colonial brasileiro e, possivelmente, constituintes do Cemitério dos Pretos Novos, não foram repassados ao IPN para pesquisa, mas levados para outras instituições sem o devido cuidado. Segundo a entrevistada, “a agenda das políticas urbanas raramente concorda com a agenda da memória”.

Como forma de protesto durante a época de implementação do VLT na rua Pedro Ernesto (endereço do IPN), iniciada em 2014, muitos funcionários se instalaram na rua como obstáculo à continuidade da reforma. Embora a obra tenha sido finalizada, o projeto Porto Maravilha está inserido em um contexto de falta de investimento urbano e crise política, que resultam em interrupções constantes das reformas. Estas disputas nos foram relatadas pela direção do IPN e pelos guias durante o circuito. A constante narração ao público das relações imbricadas de violência e resistência do passado colonial, de um lado, e das disputas de poder na atualidade, de outro lado, caracterizam o IPN como um ator que produz geografias, materialidades e discursos *contra-hegemônicos* e *transversais*. Portanto, o Instituto produz geografias que buscam perpassar

59 “O Porto Maravilha”, *Rio Memórias* [↗](#); Maurício Thuswohl, “Cinco anos após a Olimpíada no RIO, o prometido legado não aconteceu”, *Carta Capital*, 14 ago. 2021 [↗](#).

corpos, e, “na medida em que a comunidade se apropria [da região], irá defendê-la”, como aponta a entrevistada.⁶⁰

Considerações finais

A descoberta do Cemitério dos Pretos Novos é um momento fundante para a compreensão da magnitude do horror que foi o tráfico e a escravidão na zona portuária carioca, mas também em toda a América Latina. O Estado foi obrigado a reconhecer que foram cometidos crimes bárbaros, da morte física e simbólica de pessoas africanas. Tanto que, em 2017, após intenso esforço institucional, jurídico e político comprometido com uma política de memória e indenização do município do Rio de Janeiro para com sua comunidade afro-brasileira, o Cais do Valongo foi reconhecido pelas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Mundial em função de ser o único vestígio material do maior local de tráfico negreiro da América Latina. O cemitério encontra-se na “zona de amortecimento” do Cais do Valongo, termo utilizado pela pessoa entrevistada, o que o torna também um patrimônio mundial e sensível.

Neste sentido, nosso esforço se dirigiu para mapear as práticas cotidianas realizadas pelo IPN, a fim de compreender a produção e articulação de distintos conhecimentos, narrativas e arquivos contra-hegemônicos que desafiam as narrativas sociopolíticas dominantes. Dentro de uma estratégia analítica transversal, com enfoque na localização do internacional, identificamos três conjuntos: (1) práticas de revisão de arquivos; (2) práticas de sensibilização; e, finalmente (3) práticas de contrageografias.

Em primeiro lugar, este conjunto de práticas evidencia uma condição fundamental do processo de resgate e constante narração das memórias afrodiaspóricas. Tais práticas se apresentam como uma historicização contra-hegemônica sobre as relações raciais no Brasil e oferecem formas

60 Marcela, *Entrevista*.

de *teorizar* sobre o local, o nacional e o internacional. O imbricamento desses modos de vida afrodiaspóricos se apresentam simultaneamente como *prática* e *teoria*, ao passo que, cotidianamente, disseminam e descentralizam o *lócus* de enunciação intelectual na academia ocidental em um movimento transversal. Em segundo lugar, esta capacidade de teorização afrodiaspórica sobre si e sobre o mundo, por meio da *revisão de arquivos*, não configura modos de pensar *alternativos* (já que esta dinâmica ainda pressupõe que haveria uma centralidade do discurso hegemônico). Eles *desorganizam*, *pluralizam* e *complexificam* nossas concepções sobre a (s) realidade (s) em que estamos inseridos, o que inclui o âmbito do internacional.

Em terceiro lugar, as ambivalências propiciadas por tais (re) constituições de memória, enfatizando a existência simultânea de opressão/resistência, violência/acolhimento e narração/ocultamento nos levam a pensar estes processos como contingentes, móveis e múltiplos e, conseqüentemente, em disputa constante. Na dimensão da política, portanto, os termos do discurso racial e da memória não estão dados e impermeáveis a mudanças. A atuação do IPN como agente de práticas de revisão de arquivos e (re) produtor de memórias afrodiaspóricas o situa em um ininterrupto processo de luta. Esta luta se vale no plano discursivo, por meio da reconceitualização de termos e conceitos; no plano social, a partir da relação de corpo-território que busca (re) espacializar esse conhecimento de maneira transversal; e também no plano institucional, a partir da disputa por financiamento, reconhecimento e indenização. O reconhecimento do Cais do Valongo, por exemplo, como um Patrimônio Mundial, em 2017, continua tendo sua reivindicação ainda em disputa; isso porque ele corre o risco de perder o seu título em virtude do não cumprimento de ações prometidas à UNESCO pelos governos municipal, estadual e federal, como gestão e conservação do local.

Diante disso, entendemos que o IPN propõe uma concepção de teoria como prática, porquanto relaciona e entrelaça narrativas, memórias, sensibilidades, espacialidades e materialidades transnacionais e afrodiaspóricas em suas práticas cotidianas. Esse movimento, que é transversal, constitui o Instituto como teórico, ator e agente internacional. Portanto,

é necessário que as Relações Internacionais assumam, embora possam parecer estranhos à sua rigidez disciplinar, estes outros espaços, arquivos, saberes e memórias enquanto relevantes na política internacional, uma vez que eles são formas legítimas de construir conhecimento, vivências e experiências sobre o mundo.

Por fim, gostaríamos de apontar que reconhecemos as limitações dos engajamentos epistemológicos do IPN. Uma vez que observamos o Instituto como um *teórico*, estamos também conscientes de que seu conhecimento é parcial, localizado e, sobretudo, inscrito em relações de poder que podem se manifestar de maneira ambígua. Um exemplo é o próprio fato de o IPN narrar uma disputa geográfica, cultural e material resultante da gentrificação causada pelo Projeto Porto Maravilha e, simultaneamente, ter sido beneficiado por este mesmo processo – já que o decreto municipal para a criação do Circuito da Herança Africana é resultado da elaboração do Projeto Porto Maravilha, em 2009. Similarmente, apesar da narrativa de incorporação e inclusão de toda uma rede plural de atores locais, esta pesquisa não contemplou se estas vozes de fato estão sendo ouvidas e atendidas pelo conjunto de serviços oferecidos pelo IPN. Desta forma, abrimos a possibilidade para uma pesquisa futura que observe as ambivalências dos engajamentos sociopolíticos do Instituto, ao passo que fazem parte de relações múltiplas, complexas e, por vezes, conflitantes, de reconstituição de memória afrodiaspórica.

Recebido em 2 jan. 2023

Aprovado em 20 mar. 2023

doi: 10.9771/aa.v0i67.52460



Neste artigo mapeamos as práticas cotidianas realizadas no/pelo Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) que produzem e articulam um conjunto de conhecimentos, narrativas e arquivos contra-hegemônicos. Nosso argumento principal consiste no entendimento de que o IPN empreende uma reparação e reescrita da memória afrodiáspórica, conforme suas práticas se dão em movimentos transversais da existência negra como uma forma de pluralizar abordagens históricas e de promover a descolonização do conhecimento. Para conduzir a análise, consideramos, como estratégia teórico-metodológica, a teoria como um verbo e a análise de linhas transversais com ênfase nas práticas de politização do internacional. Constatamos três grupos de práticas cotidianas mobilizadas pelo IPN, revisão de arquivos, sensibilização e contrageografias, as quais emergem transversalmente em um processo de constante resgate e narração de memórias afrodiáspóricas que desorganizam, descentralizam e complexificam as concepções de realidade, à medida que tornam o Instituto um teórico, ator e agente internacional.

Práticas cotidianas | Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos | Revisão de arquivos
| Memória afrodiáspórica | Politização do internacional

***NARRATIVES AND EVERYDAY LIFE:
A TRANSVERSAL ANALYSIS OF THE PRACTICES
OF THE INSTITUTO DE PESQUISA E MEMÓRIA PRETOS NOVOS
IN THE REWRITING OF AFRODIASPORIC MEMORIES***

In this article we map everyday practices carried out at/by the New Blacks Institute of Memory and Research (IPN) that produce and articulate a set of counter-hegemonic knowledges, narratives, and archives. Our main argument consists of the understanding that the IPN undertakes a reparation and rewriting of Afrodiasporic memory, given that its practices occur within transversal movements of black existence, pluralizing historical approaches and promoting the decolonization of knowledge. In conducting the analysis, we considered, as a theoretical-methodological strategy, theory as a verb and the analysis of transversal lines with emphasis on practices of international politicization. We found three groups of everyday practices mobilized by IPN -- archival review, awareness and counter-geographies -- which emerge transversally in a process of constant recovery and narration of Afro-diasporic memories that disorganize, decentralize and complexify the conceptions of reality, as they make the Institute a theorist, an actor and an international agent.

Everyday practices | Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos | Archival review |
Afrodiásporic memory | International politicization